

A relação família e escola no processo ensino-aprendizagem do educando**Family and school relationship in the education teaching-learning process**

DOI:10.34117/bjdv6n1-307

Recebimento dos originais: 30/11/2019

Aceitação para publicação: 27/01/2020

Emília Danielle França Simões

Formação acadêmica: pós-graduada em língua portuguesa

Instituição: Faculdade Alpha

Endereço: Rua Edson Moury Fernandes Nº 03 João Alfredo - PE

E-mail: daniellesimoes16@hotmail.com

Diogenes José Gusmão Coutinho

Doutor em biologia

Faculdade Alpha

E-mail: alphadiogenes@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa as formas de interação entre a família e a escola, e a importância dessa relação no processo de ensino-aprendizagem do educando. Busca-se compreender em que medida ela se faz efetiva na sociedade contemporânea, além dos desafios e avanços inerentes a sua aplicabilidade prática. A ausência de diálogo permanente entre ambas instituições tem sido apontada como um dos principais problemas atuais para o sistema educacional, ao passo que, a colaboração entre elas, quando acontece, respeitando as especificidades que cada uma cumpre na formação sociocultural do indivíduo, com efeito, tem garantido resultados positivos na construção do conhecimento e de aprendizagens necessárias ao pleno desenvolvimento do estudante. Isso porque, tanto o espaço escolar quanto o ambiente doméstico constituem força ativa no agir da criança no mundo, atuando como mediadores na relação que ela mantém com a realidade em que vive. Desta maneira, conclui-se que a escola e a família são eixos fundamentais no movimento de formação dos sujeitos e no desenvolvimento de sua consciência histórica, portanto, devem caminhar lado a lado em direção a uma prática pedagógica efetiva.

Palavras-chave: Família, Professores, Alunos, Escola pública brasileira, Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The article analyzes the forms of interaction between the family and the school, and the importance of this relationship in the student's teaching-learning process. It seeks to understand to what extent it is effective in contemporary society, in addition to the challenges and advances inherent to its practical applicability. The absence of permanent dialogue between both institutions has been pointed out as one of the main current problems for the educational system, whereas, the collaboration between them, when it happens, respecting the specificities that each fulfills in the individual's socio-cultural formation, in effect, has ensured positive results in the construction of knowledge and learning necessary for the full development of the student. This is because both the school space and the home environment are an active force in the child's actions in the world, acting as mediators in the relationship that he maintains with the reality in which he lives. In this way, it is concluded that the school and the family are fundamental axes in the movement of formation of the subjects and in the development of their historical conscience, therefore, they must go hand in hand towards an effective pedagogical practice.

Key words: Family, Teachers, Students, Brazilian public school, Teaching-learning.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto destaca-se alguns dos aspectos que envolvem a relação entre família e escola no processo ensino-aprendizagem dos alunos, um tema cuja relevância social e política não perdeu a sua atualidade. Uma formação permanente do educando se funda justamente na relação estabelecida entre a educação doméstica e a educação escolar, em que a primeira cumpre um papel fundante no processo de formação do sujeito, enquanto que a segunda atua no sentido de reforçar os valores socioculturais nos quais as crianças são iniciadas já na família, além de oferecer o conteúdo necessário para o desenvolvimento intelectual do estudante. Assim, pais, professores, alunos e toda a comunidade escolar devem se colocar como participantes críticos de um mesmo processo, cumprindo tarefas que, embora específicas, se completam em direção a construção do conhecimento e garantia de aprendizagens fundamentais para o crescimento da criança.

Discute-se aqui a educação dentro do contexto social brasileiro. Conta-se também com um levantamento bibliográfico rico em informações precisas para a construção dos argumentos sistematizados nestas páginas. O objetivo aqui não é, nem poderia ser, esgotar o assunto, mas contribuir com questionamentos e reflexões acerca do tema em pauta. Trata-se do esforço crítico de pensar a atualidade sem desconsiderar a historicidade da temática. Os desafios enfrentados na relação família e escola são descritos neste texto como questões estruturais de um projeto político fajuto para a educação.

2 O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

De acordo com a literatura especializada¹, o processo ensino-aprendizagem tem suscitado inúmeros debates entre os estudiosos, sob os mais diferentes aspectos. Abordagens desse tipo compreendem, primeiramente, o ambiente escolar como espaço de produção e transformação do conhecimento, não meramente de reprodução mecânica do mesmo. Assim, busca-se questionar velhos paradigmas que dizem respeito aos papéis dicotômicos e hierárquicos atribuídos à relação educador-educando, em que ao primeiro caberia a responsabilidade unilateral de transmitir saberes, de maneira que ao aluno não sobrasse qualquer outra atividade senão absorver apaticamente todo o conteúdo despejado sobre ele.

Essa equivocada concepção da educação, que coloca o ensino e a aprendizagem em patamares diferentes e desiguais, como se fossem processos independentes entre si, e independentes

¹ Parte significativa da bibliografia consultada para a realização deste trabalho.

da ação humana (KUBO e BOTOMÉ, 2001), desprezando sua construção dialética, embora faça parte de um quadro pedagógico crítico e defasado, ainda impõe inúmeros desafios à contemporaneidade. Desconstruí-la é fator fundamental para o redirecionamento de práticas pedagógicas efetivas à construção do conhecimento em sala de aula.

Paulo Freire já afirmara:

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhores educandos serão. Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (FREIRE, 1987: 37).

Na visão Freiriana, a concepção “bancária” da educação é aquela que diz respeito a uma mera imposição do conteúdo, desconsiderando totalmente a construção do conhecimento em sala de aula. Para Freire, ela esvazia o sujeito de capacidade produtiva, recusa sua criatividade, barra o seu desenvolvimento cognitivo, político e social. Não há espaço, portanto, para o saber, para a transformação do indivíduo, apenas para a simples reprodução de determinações e valores já dados, destituída de qualquer capacidade argumentativa ou criticidade diante da complexidade dos acontecimentos. (FREIRE, 1987). O aluno pode até passar a enxergar as palavras, costurando-as umas nas outras como se fossem retalhos de tecidos, mas dificilmente será capaz de compreendê-las em seus sentidos históricos, os significados que assumem em contato com a totalidade da realidade objetiva.

Daí a necessidade patente de se falar cada vez mais no processo ensino-aprendizagem, como movimento conjunto, que deve visar sempre a construção efetiva do conhecimento, compreendendo que dentro desse processo a bagagem trazida pelo aluno também precisa ser respeitada e valorizada. Desse modo, o professor já não é mais o que somente ensina, mas é aquele que enquanto ensina também aprende, em constante diálogo com o educando. (FREIRE, 1987: 44). A concepção do ensino e da aprendizagem enquanto um processo interdependente se afasta de noções estáticas que concebem o conhecimento como algo imutável, fixo.

O processo ensino-aprendizagem é bastante amplo e dinâmico, não se limita apenas ao espaço escolar e convida todos os envolvidos com a educação do aluno a colaborarem na construção de estratégias, uma vez que o educando se acha inserido em diversas relações que podem influenciar diretamente na forma como capta o movimento do mundo e atua sobre ele. Nesse sentido, pensar o

papel da família dentro desse processo é de fundamental relevância para a superação de inúmeros dos desafios educacionais. Nas seções seguintes, apreciaremos mais detalhadamente os níveis de aproximação entre escola e família, e os desdobramentos dessa relação na formação do estudante.

3 A FAMÍLIA

As formas de família existem historicamente, nunca se mantêm estáticas, mas acompanham as mudanças sociais, políticas e econômicas que acontecem à medida em que a sociedade se movimenta. Dessa forma, a noção que temos de família atualmente de longe não é a mesma que em outras épocas, trata-se de um conceito mutável, construído culturalmente. Como indica Luis Fernando Augusto:

Com o passar do tempo e a evolução a que passou a sociedade, o modelo familiar mudou, fora influenciado pela ideia da democracia, do ideal de igualdade e da dignidade da pessoa humana. A família passou a ser mais democrática, o modelo patriarcal fora abandonado, sendo empregado um modelo igualitário, onde todos os membros devem ter suas necessidades atendidas e a busca da felicidade de cada indivíduo passou a ser essencial no ambiente familiar. (AUGUSTO, 2014).

A própria configuração da família passou por significativas alterações ao longo do tempo. Se antes o modelo familiar legitimado pela sociedade ocidental era aquele composto tradicionalmente pelo pai, mãe e filhos, que mantinha inalterável a monolítica estrutura da família patriarcal, embora no campo prático esse modelo nunca tenha sido unívoco, hoje em dia as relações familiares se tornam cada vez mais dinâmicas e diversas, impondo novas demandas sociais, fruto também de lutas históricas pautadas pelos movimentos organizados em defesa da igualdade de gênero e dos direitos da comunidade LGBT.

A concepção do significado de família também não deixou de acompanhar as transformações no quadro social. Em diálogo com Petzold (1996), as autoras Maria Dessen e Ana Polonia (2007) destacaram que,

Sendo composta por uma complexa e dinâmica rede de interações que envolve aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais, a família não pode ser definida apenas pelos laços de consanguinidade, mas sim por um conjunto de variáveis incluindo o significado das interações e relações entre as pessoas. A própria concepção científica dela evidencia o entrelaçamento das variáveis biológicas, sociais, culturais e históricas que exercem grande influência nas relações familiares, constituindo a base para as formas contemporâneas dela. Os laços de consanguinidade, as formas legais de união, o grau de intimidade nas relações, as formas de moradia, o compartilhamento de renda são algumas dessas variáveis que, combinadas, permitem a identificação de 196 tipos de famílias, produto de cinco subsistemas resultantes da concepção ecológica de micro, meso, exo, macro e cronossistema. (DESSEN E POLONIA, 2007: 23)

Assim, não é possível falar de um tipo ideal de família, pois trata-se também de um conceito que é histórico, carregado de historicidade, e que por isso mesmo seus padrões passam por transformações sociopolíticas. À medida em que novos arranjos familiares vão surgindo novas formas de relação familiar também vão emergindo, e novos papéis serão abarcados pelos seus membros. (Ibidem, 24).

Nesse movimento, já não se pode falar também hoje em dia do espaço familiar como um espaço restritamente privada, pois ele está em constante conexão com a sociedade e, conseqüentemente, com as mudanças pelas quais os sujeitos passam ao longo do tempo. Portanto, é inegável a importância histórica da instituição familiar no desenvolvimento da humanidade, sua função social apreciaremos a seguir.

3.1 A FUNÇÃO DA FAMÍLIA

Dentro de um contexto mais atual, a família passa a ser entendida como instrumento para o desenvolvimento individual de cada indivíduo, e não mais enquanto uma instituição. (AUGUSTO, 2014). Investida de inúmeras funções sociais, ela cumpre um papel impreterível na formação sociopolítica dos sujeitos. É no seio familiar que a criança inicia seu processo de socialização e de interiorização dos valores culturais de seu tempo e espaço. É a partir da família que muitas delas entram em contato com a realidade objetiva do mundo em que vivem. A estrutura do pensar do indivíduo se acha condicionada ao meio em que o mesmo se reconhece. Desta maneira, a família consiste na primeira instituição educadora da criança.

A família ensina, orienta, acolhe, passa saberes históricos, impõe limites, aponta caminhos, sustenta materialmente, constrói laços afetivos, funciona como ponto de referência, base e alicerce. Claro que, nem sempre isso acontece de forma positiva para o desenvolvimento do indivíduo, uma vez que o espaço familiar também carrega em si as contradições e tensões inerentes às teias que envolvem as relações sociais.

Por isso mesmo, as funções da família não devem ser romantizadas. Elas refletem em grande medida muitos dos problemas socioeconômicos da sociedade, ao mesmo tempo em que, dialeticamente, atuam sobre eles. As contradições na formação social do sujeito, os traumas que carrega desde a infância e os aspectos negativos que interioriza da ligação com seus pais influenciam direta ou/e indiretamente no modo como ele se integra à sociedade ao longo de sua vida. A experiência que vivencia no lar é estendida para as demais relações em que se percebe inserido, como a escola, por exemplo.

A função social da família também não deixa de ser impactada pelas condições objetivas estruturais que emergem de uma sociedade dividida em classes. Como afirmou Paulo Freire, em

Pedagogia do Oprimido, “as relações pais-filhos, nos lares, refletem, de modo geral, as condições objetivo-culturais da totalidade de que participam. E, se estas são condições autoritárias, rígidas, dominadoras, penetram nos lares que incrementam o clima da opressão”. (FREIRE, 1987: 94). Não se pode negar que a educação dos indivíduos demanda a educação de quem os formam, e como são formadas as famílias no contexto nacional? Na visão Freiriana, elas refletem em grande medida os processos de dominação e reproduzem a lógica do opressor.

A pobreza e a baixa escolaridade da maioria das famílias brasileiras são fatores condicionantes de grande parte dos problemas enfrentados no sistema educacional. Nesse sentido, vale ressaltar também que nem sempre um papel mais presente na vida dos filhos é possível aos pais e mães proletários desse país, cuja realidade material impõe uma carga de trabalho exaustiva na garantia do sustento. Em muitos casos, a falta de estrutura na família relega a um único ente a sobrecarga dos cuidados com as crianças e tarefas domésticas. Essa é uma realidade estafante, principalmente para grande parte das mulheres, a quem são atribuídos ainda hoje os papéis socialmente construídos de mães, esposas e donas de casa. Exercendo funções profissionais fora do lar, elas continuam sendo subjugadas à dupla, até tripla jornada de trabalho.

Fatores como esses são determinantes para que muitos familiares simplesmente secundarizem ou abandonem por completo o acompanhamento do desenvolvimento emocional, físico e intelectual das crianças, depositando tal função irrestritamente nos ombros dos professores. Fazem da escola um verdadeiro galpão. A questão é que as realidades das famílias são bastante diversas e todas elas carregam desafios em diferentes níveis de repercussão social. O modo como superam os desafios e sinalizam para resolução de problemas faz toda diferença no processo de construção da personalidade individual de seus membros.

Não obstante, a participação familiar em todos os setores da vida se faz imprescindível, acompanhando de perto o crescimento físico e cognitivo da criança. Dentro do processo de aprendizagem, tão importante quanto a educação escolar é a educação doméstica, na qual o aluno desenvolve suas primeiras aptidões e os pais se colocam como participantes diligentes no sistema educativo. Neste movimento, a família e a escola operam como instrumentos interdependentes, que atuam conjuntamente para o sucesso do pleno desenvolvimento do educando.

4 A EDUCAÇÃO ESCOLAR

A Constituição em vigor no país desde 1988 estabelece no Artg. 205. a educação como um “direito de todos e dever do Estado e da família”, a ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Já o ensino, ainda segundo ela, deve ser “ministrado com base

nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. (BRASIL, 1988). O que significa afirmar que a educação é um direito social garantido, não um favor dado, podendo ser cobrada pelos cidadãos e órgãos competentes.

Contudo, no Brasil, a educação referenciada e de qualidade nem sempre foi um direito garantido a todos os cidadãos, tal como a conhecemos hoje em dia. Historicamente ela esteve restrita a uma pequena parcela dos grupos dominantes, homens brancos, pertencentes a elite agrária do país. Retrato de uma sociedade estruturada na escravidão e profundamente marcada pelas desigualdades sociais, o projeto educacional brasileiro foi elaborado pelos e para os ricos, deixando de fora a maior parte da população nacional: mulheres, povos indígenas, afro-brasileiros e pobres.

De forma antidemocrática, os rumos da educação no país, incluindo aqui sua gestão administrativa e pedagógica, foram elaborados à luz das decisões da classe dominante. Dentro desse projeto fajuto, a escola não pôde escapar às influências das condições objetivas (FREIRE, 1987:), estruturada e estruturante da sociedade, essa instituição funcionou ao longo do tempo como espaço de manutenção das relações de poder, pautada por uma lógica socioeconômica excludente.

Foi às custas de muitas lutas sociais que o sistema educacional brasileiro passou por mudanças significativas em direção a construção de uma Educação pública. No entanto, isso não foi suficiente para apagar de uma vez por todas as marcas das raízes históricas. Mesmo hoje, com todos os avanços e conquistas na área, as escolas públicas sofrem com o descaso das políticas governamentais, cujo projeto jamais deixou de defender os interesses dos que se mantêm no poder.

Com infraestrutura precarizada e seguindo uma lógica mercadológica, que visa a formação de um exército de mão-de-obra barata, e não de indivíduos intelectualmente preparados e críticos, a escola se constitui enquanto um espaço de perpetuação das práticas de dominação. A educação letrada permitia à grande parte da população pobre brasileira é bastante limitada, e atua no sentido de manter e estimular as contradições sociais. (FREIRE, 1987). Esses problemas se intensificam e tomam novas formas com relação às instituições mais afastadas dos principais centros urbanos como, por exemplo, as escolas do campo, há muito colocadas à margem dos processos de desenvolvimento educacional do país.

Isso acontece não por acaso, ou porque simplesmente esses sujeitos não se esforçaram o suficiente, existe porque serve a lógica do sistema, no qual uma educação democrática e libertadora é inconcebível, devido ao seu potencial transformador, capaz de arrebentar as correntes que aprisionam os oprimidos às estruturas de dominação da sociedade. Por outro lado, evocar tais contradições não significa dizer que elas são imutáveis, não sujeitas às transformações históricas. Quem faz e conduz os processos políticos, sociais, econômicos, culturais e jurídicos da sociedade? Homens e mulheres, atuando em espaço e tempo específicos. Portanto, ainda que imersos dentro de

uma estrutura complexa e perversa, os indivíduos atuam do mesmo modo sobre elas, podendo modificá-las ao longo do tempo.

Claro que esse movimento demanda um nível elevado de formação crítica frente à realidade e, conseqüentemente, uma educação problematizadora, por meio da qual o indivíduo desenvolva sua autonomia, criticidade e se torne cada vez mais participativo, capaz de atuar de maneira digna e responsável no mundo em que vive e dentro do qual espera ver suas demandas atendidas. Trata-se de um processo que só pode ser compreendido em sua totalidade: à medida em que a sociedade se desenvolve, no sentido de passar por transformações estruturais profundas, a Educação também é transformada, e à medida em que isso acontece, ela se torna instrumento transformador efetivo da sociedade.

Nesse sentido, a escola não deve se afastar dos seus significados políticos. Como instituição formadora, ela tem de atuar no sentido de promover uma educação que movimente os educandos, comprometida em servir à libertação dos sujeitos das amarras que os aprisionam e os oprimem (FREIRE, 1987). Percebe-se, entretanto, que essa não é uma das tarefas mais fáceis à sociedade contemporânea. A escola também se encontra imersa em estruturas e sofre pressões materiais de todos os tipos. Há até mesmo de se considerar aqui que, o próprio professor, investido de toda sua responsabilidade social, não deixa de ser um profissional em atividade, ora como servidor público, ora funcionário da rede privada. Seja qual for sua categoria ou nível de atuação, antes de mais nada ele segue regras e normas em vigor estabelecidas por currículos, leis e diretrizes que nem sempre são construídos democraticamente, com a participação dos cidadãos. Ainda assim, devem ser respeitados, porque legislados, mesmo quando necessário sofrer as devidas adequações à realidade objetiva.

Significa dizer que, não é possível simplesmente tomar a comunidade escolar como único instrumento de mudança e de formação individual ou coletiva. Sozinha a escola não pode ir muito longe. Não tem dispositivos suficientes para enfrentar as amarras do sistema. É preciso a colaboração com toda a sociedade em direção a elaboração de estratégias que contribuam para a construção do conhecimento transformador. Aqui se faz imprescindível também a relação entre a família e a escola. A partir do que já foi exposto no texto, não é muito difícil identificar quão imbricadas estão ambas as instituições e a importância da colaboração entre elas. Essa relação, no entanto, não é linear, mas cheia de curvas, marcada por grandes desafios, que se expressam nos mais diversos níveis, mas, sobretudo, na forma como cada uma delas enxerga o papel da outra.

5 A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA

Se entendemos que o educando não é um recipiente vazio, pronto para ser preenchido (FREIRE, 1987), mas que, ao contrário, ele é um ser dotado de experiência e, por isso, de consciência

histórica (CERRI, 2001), consideramos, portanto, toda a bagagem trazida por esse sujeito para a sala de aula: suas reflexões, ideias e narrativas sobre acontecimentos. Nada disso, no entanto, está esvaziado dos primeiros ensinamentos, dos valores passados. Compreender os limites e os avanços dos alunos em sala de aula exige que o professor conheça relativamente sobre o contexto sociocultural no qual atua, pois, a visão de mundo que os sujeitos carregam está diretamente condicionada a sua prática material.

Nesta direção, Paulo Freire defendia que:

Como contexto prático-teórico a escola não pode prescindir de conhecimentos em torno do que se passa no contexto concreto de seus alunos e das famílias deles. De que forma entender as dificuldades durante o processo de alfabetização de alunos sem saber o que se passa em sua experiência em casa, bem como em que extensão é ou vem sendo escassa a convivência com palavras escritas em seu contexto sociocultural. (FREIRE, 1997:74).

Os alunos, e também os professores, se relacionam com diferentes esferas sociais, fazendo-nos refletir que de fato a formação histórica dos sujeitos não depende de uma única esfera, e que devemos considerar com bastante entusiasmo o papel exercido pelo meio imediato na vida desses indivíduos, constando aí a sua família, os meios de comunicação de massa, entre outros instrumentos. A escola, nesse sentido, não é o único círculo possível na vida das pessoas, ela é um dos dispositivos sociais mais importantes para a formação individual e coletiva dos seres humanos, contudo, atua em conjunto com toda a sociedade na qual está inserida. Como aponta Julimar de França:

O ensino-aprendizagem não diz respeito somente ao professor e ao aluno, e portanto, não é um problema individual dos mesmos, estes sujeitos estão inseridos num contexto mais amplo o ensino-aprendizagem é um sistema relacional, onde todos os sistemas envolvidos são corresponsáveis e se influenciam mutuamente. Assim, a colocação da família no contexto familiar muitas vezes ajuda a compreensão dos problemas presente neste processo. Os aspectos familiares são um terreno fértil para compreensão dos empecilhos do processo. (FRANÇA, 2014: 3).

Um dos maiores desafios da contemporaneidade tem sido tornar cada vez mais efetiva a relação entre pais e professores. Além de outras questões já apontadas neste texto, como desestrutura familiar e a precarização do ensino público, corroboram ainda para as dificuldades concepções acerca do papel que cada uma dessas figuras deve cumprir na vida da criança.

A relação família/escola é bastante complexa. Isto é consequência dos muitos empecilhos que estão presentes nesse relacionamento. Muitas vezes há conflitos sobre a quem cabe a responsabilidade da educação e que aspectos desse processo são responsabilidade de cada uma dessas instituições. Inúmeras vezes, a comunidade escolar afirma que a família se exime de suas atribuições e delega para escola; em

contrapartida, a família afirma que a escola não tem cumprido seu papel no aperfeiçoamento da educação dos seus filhos. (FRANÇA, 2014: 2)

Entre acusações e conflitos, um problema crescente diz respeito às noções conservadoras que têm sido atribuídas pela família aos professores, produto também de movimentos pró fascistas que ganham força no país, caracterizados em grande medida pela abominação ao conhecimento científico e à pluralidade de pensamento, e pelo anti-intelectualismo. O discurso que emerge disso é de que os professores são verdadeiros doutrinadores, prontos para atacar os valores e a autoridade familiar, impondo sobre as crianças ideias antirreligiosas e imorais, contrárias a criação dos seus pais.

Na tentativa de justificar tais absurdos, e legitimar os ataques e a repressão contra os professores, o governo brasileiro advoga a existência de um marxismo cultural que estaria sendo incutido por educadores marxistas no Ensino básico. Além disso, quem nunca ouviu a famosa e errônea expressão “ideologia de gênero”? Tratam-se mesmo de balelas descabidas, mas que na conjuntura atual têm ganhado traços perigosos, que ameaçam desde a integridade física do educador até a relação qualitativa entre família e escola. Nesse contexto, muitos pais travam uma verdadeira guerra contra os profissionais da educação, como se esses fossem de fato os grandes inimigos da pátria.

Problemáticas como essas revelam que os limites da relação entre família e escola estão para além de desentendimentos isolados. Os desafios refletem diretamente no desenvolvimento escolar dos educandos, pois dificultam o diálogo mais franco entre os envolvidos e o acompanhamento familiar, abrem brechas para a defasagem do ensino, restringem a participação da escola na formação sociopolítica do aluno.

Do outro lado da arena educacional está a concepção de que o espaço escolar deve ser construído em parceria constante com as famílias dos alunos, atuando inclusive como um dos dispositivos na rede social de apoio para o desenvolvimento dessas instituições. Com uma colaboração mútua entre pais e professores, as atividades escolares dos educandos muito possivelmente não se encerrariam na escola, e se estenderiam ao espaço doméstico, onde poderiam contar com o acompanhamento efetivo por parte dos seus familiares. Ademais, a relação permite que práticas adotadas pelas famílias em casa sejam aprimoradas ou até mesmo problematizadas no espaço escolar, possibilitando a troca de ideias, continuidade de práticas e reforço de valores socioculturais.

O grau de aproximação entre escola e família também determina, fortalece e desenvolve aspectos ligados ao psicológico da criança. Como sinalizaram Dessen e Polonia (2007),

Os laços afetivos, estruturados e consolidados tanto na escola como na família permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundas

destes vínculos, aprendendo a resolver os problemas de maneira conjunta ou separada. Nesse processo, os estágios diferenciados de desenvolvimento, característicos dos membros da família e também dos segmentos distintos da escola, constituem fatores essenciais na direção de provocar mudanças nos papéis da pessoa em desenvolvimento, com repercussões diretas na sua experiência acadêmica e psicológica; dependendo do nível de desenvolvimento e demandas do contexto, é possibilitado à criança, quando entra na escola, um maior grau de autonomia e independência comparado ao que tinha em casa, o que amplia seu repertório social e círculo de relacionamento. (DESSEN E POLONIA, 2007:

Se uma relação como tal repercute em tantos benefícios para a formação social dos indivíduos, como fazê-la cada vez mais efetiva na contemporaneidade, enfrentando os inúmeros desafios? A mudança que a realidade da educação brasileira precisa em todos os níveis é estrutural e parte da construção e efetivação de um projeto maior de sociedade. Não obstante, isso não significa que o curso das coisas seja natural e que devemos nós, motores da história, apenas esperarmos as mudanças acontecerem por si só, até porque não aconteceriam.

Os sujeitos são quem modificam as estruturas, e a partir dos instrumentos disponíveis a sua realidade podem e devem lutar por condições educacionais mais dignas. A presença da família na escola deve ser saudável, para além de encontros que só informam sobre os problemas dos alunos. A construção de espaços em que pais e professores possam firmar laços, fomentando atividades em conjunto é uma tarefa árdua, que exige tempo e aprimoramento de estratégias. A família, por sua vez, deve compreender o papel que exerce nesse sentido. Prezar por uma educação cada vez mais democrática, com ampla participação da comunidade na qual a escola está inserida é papel de todos verdadeiramente comprometidos o sistema educacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi explanado, conclui-se pela efetividade da participação familiar no processo ensino-aprendizagem dos educandos, como fator determinante para o seu pleno desenvolvimento cognitivo e sociopolítico. Contudo, como podemos apreciar a relação família e escola é marcada por inúmeros desafios, cujas raízes são muito profundas e dizem respeito em grande medida às próprias configurações do sistema educacional no país. Isso não significa dizer que os sujeitos inseridos em suas comunidades não consigam movimentar sua realidade em direção a construção de um espaço escolar mais democrático, que reivindique cada vez mais a presença de pais e mães, fomentando atividades e estratégias nesse sentido.

REFERÊNCIA

CERRI, L. F. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. Revista de História Regional, Ponta Grossa, PR, v. 6, n.2, p. 93-112, 2001.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paideia (Ribeirao Preto), v. 36, p. 21-31, 2007.

FRANÇA, Julimar Pereira de. **O Papel da Família no Processo de Ensino-Aprendizagem: O Caso da Escola Municipal Vingt Rosado em Areia Branca-Rn.** Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade_1datahora_29_09_2014_19_55_46_idinscrito_645_fd0cbce9236162cf9b0484f463824ebc.pdf

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar.** São Paulo: Olho D`água, 1997.

KUBO, O. M.; BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais.** Interação (Curitiba) , Curitiba, v. 5, p. 133-171, 2001.